
001ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 11MAR2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Tendo em vista não ter havido quórum na 15ª Sessão Ordinária, pois os Vereadores e Vereadoras estavam presentes no descerramento da foto da hoje Deputada Any Ortiz no mural das Vereadoras desta Casa, com a concordância dos Vereadores e Vereadoras, vamos realizar a 1ª Sessão Extraordinária nesta Casa, a fim de cumprirmos a pauta prevista para o dia de hoje.

(14h33min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLCE nº 013/13, com Veto Parcial. (Pausa.) Não há quem queira discutir.
Em votação nominal. (Pausa.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 10 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES**. Mantido o Veto Parcial.

Em discussão o PLL nº 359/13, com Veto Total. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLL nº 359/13, com Veto Total.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, amigas protetoras e voluntárias da causa animal, antes de passar ao mérito da matéria, qual seja, que os rótulos dos produtos comercializados em Porto Alegre contemham a expressão “produto testado em animais”, gostaria, em primeiro lugar, de ratificar que conto com a manutenção do voto a este projeto pelos meus 24 colegas que votaram favoravelmente no dia 18 de dezembro do ano passado.

Em segundo lugar, se é de competência ou não do Município legislar sobre tal matéria, vejo claramente como competência constitucional do Município, pois está estabelecido na nossa própria Lei Orgânica de Porto Alegre. Isso mesmo! Há uma seção dedicada à

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Sessão Extraordinária 11MAR2015

defesa do consumidor, estabelecida nos artigos 153 a 155. O artigo 153 fala sobre os programas específicos que o Município deve realizar; o artigo 154 fala das estruturas coletivas ou cooperativas de produção; e o artigo 155 trata da política econômica de consumo a ser executada pelo Poder Executivo Municipal (Lê.): “(...) II- favorecimento de meios que possibilitem ao consumidor o exercício do direito à informação, à escolha e à defesa de seus interesses econômicos(...)”. Se o meu projeto não trata do direito à informação do consumidor, eu não sei do que ele trata. Portanto, se negarmos tal atribuição do Município, será melhor que apresentemos, então, uma emenda à Lei Orgânica e retiremos esses artigos, pois são meras ficções constitucionais. Entretanto, gostaria de salientar que há dois projetos nesta Casa que se tornaram leis; foram apresentados, tiveram parecer contrário da Procuradoria desta Casa, tiveram óbice na Comissão de Justiça, porém foram aprovados pelo plenário, um deles sancionado e outro promulgado.

Uma dessas leis é sobre o rótulo de transgênicos, de autoria da Ver.^a Maristela Maffei, que teve, depois, outro projeto criado na Assembleia Legislativa com texto idêntico; a outra lei trata de rótulos de produtos químico-sanitários, do então Vereador, hoje Deputado e companheiro do meu partido, Ibsen Pinheiro, no qual baseamos integralmente a redação, apenas adequando o assunto. O Deputado Ibsen tratou de produtos químicos, eu trato de produtos testados em animais. Dessa forma, a alegação de que a competência é concorrente a da União e a do Estado cai por terra, pois há práticas nesta Casa sem que houvesse questionamento de constitucionalidade. Há também jurisprudência do próprio Supremo, do inciso IV, art. 24 da Constituição Federal, versus art. 30 da mesma Constituição, que aborda interesse local. Interesse local que o próprio Supremo já pacificou quando negou aos bancos arguição da inconstitucionalidade nas leis das filas em agências bancárias, leis criadas por diversos Municípios, inclusive, aqui em Porto Alegre.

Portanto, não há como confundir o regramento geral do consumo com a regra local, para que cidadãos porto-alegrenses saibam se estão ou não comprando produtos testados em animais. O Código do Consumidor garante que toda a informação deve estar disponível ao consumidor para que ele realize uma compra de acordo com a sua necessidade, e, neste caso, princípios.

Por fim, permitam-me abordar o mérito: testar produtos em animais é uma forma cruel, gradativa, lenta e continuada do sacrifício ao lucro insustentável. A grande maioria dos testes em animais causa mutilações, sequelas e, como consequência final, acabam os animais eutanasiados. Como imaginar inocentes *beagles* sendo submetidos a testes? Mutilar animais é crime previsto no art. 32 da Lei dos Crimes Ambientais nº 9.605, de 1998. Sendo assim, conto com a compreensão das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores para que Porto Alegre... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Ver.^a Lourdes Sprenger, o Ver. Bernardino Vendruscolo se inscreve e cede o seu tempo a V. Exa. para discutir o PLL nº 359/13, com Veto Total.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Obrigada, Ver. Bernardino Vendruscolo. Para que Porto Alegre, mais uma vez, esteja na vanguarda dos anseios da causa animal, votem “sim” ao projeto e “não” ao veto. Muito obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLL nº 359/13, com Veto Total.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; a primeira questão que eu queria destacar no seu projeto, Ver.^a Lourdes, é a execução concreta de uma lei nacional, que é a Lei de Acesso à Informação na sua plenitude. V. Exa. exara em seu projeto – e no escopo de uma outra lei, do Código de Defesa do Consumidor –, claramente, a informação que o consumidor deve ter na utilização de seus produtos. Podemos até ter algumas divergências com relação a algumas questões; alguns Vereadores podem ter, mas não é o caso deste Vereador. Com relação à causa animal, sou solidário com Vossa Excelência. Alguns Vereadores podem até ter isso, Ver. Bernardino, mas têm que reconhecer o mérito da questão colocada pela Vereadora, a necessidade e até o direito que o consumidor tem de saber exatamente o que está consumindo.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Sessão Extraordinária 11MAR2015

A segunda questão, Ver. Bernardino – V. Exa. está há mais tempo nesta Casa e vai me entender profundamente –, Ver.^a Fernanda Melchionna, é a questão vinculada aos projetos de aprovação no final do ano. E, no intuito de aprovar eventualmente os seus projetos, o Executivo aprova projetos dignos dos Vereadores. Orienta os Vereadores da sua base a aprovar isso, e agora veta! Numa atitude posterior, veta os projetos, depois de ter combinado, negociado, acordado, de serem colocados na Ordem do Dia e aprovados. Este projeto foi aprovado por 24 votos a um! Então, Ver.^a Lourdes Sprenger, é importante que esses Vereadores que votaram favoravelmente mantenham a sua posição. É o mínimo de coerência que se espera. Claro que eu sei que V. Exa. vai publicar o escalte das duas votações, eu sei que V. Exa. vai fazer isso, com muita correção. Mas é importante chamar a atenção para a coerência que devem ter os Vereadores que votaram favoravelmente ao projeto que mantenham o seu voto.

A terceira questão, Vereadora, é a da inconstitucionalidade. Se o projeto não interessa, ou se não é ideia de determinado setor, ele é inconstitucional. E, claramente, o seu projeto não é inconstitucional. Seu projeto tramitou nesta Casa, Vereadora, desde o dia 14 de novembro de 2013. Ninguém lhe procurou para, pelo menos, combinar alguma questão vinculada ao projeto; deram acordo para votar o projeto, Vereadora; os outros Vereadores da base do Governo votaram favoráveis, foram 24 votos a um. E agora ele é vetado completamente, sem chamar o Vereador para discutir as questões, tentar um veto parcial, e tirando o protagonismo de cada um dos Vereadores.

Então, eu quero me manifestar, Ver.^a Lourdes Sprenger, favoravelmente ao seu projeto, assim como a todos os outros vetados. Manterei o meu voto, e eu espero que os meus colegas Vereadores mantenham os seus votos: são 24 votos favoráveis, e nós só precisamos de 19 para a derrubada do veto. Muito obrigado. Esta Casa tem que ter a palavra que se impõe aos Parlamentos cada dia mais, Ver.^a Lourdes: independência – é essa que deve haver nos Parlamentos. E é por isso que nós devemos nos comportar desta forma, de forma coerente, plenamente a favor da independência dos Parlamentos para que eles não continuem ou não fiquem, cada dia mais, Ver.^a Lourdes, anões frente ao poder soberano dos Executivos. Parabéns pelo projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 359/13, com Veto Total.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Hoje nós estávamos com muita pressa, pelo jeito, já que não foi permitido que usássemos o tempo de Liderança, tive até testemunhas que comprovaram que eu estava inscrito em Liderança – o Ver. João Carlos Nedel avisou que eu estava inscrito em Liderança; tinha também uma solicitação para fazer aqui, de um minuto de silêncio por luto, mas nós estamos com muita pressa de votar os vetos do Governo, Ver.^a Lourdes. Eu me lembro muito bem do final do ano, quando os colegas Vereadores – o Ver. Pablo não estava aqui – imploravam para eu parar de pedir votação nominal. E eu pedi nominal e tenho comigo aqui todas as listas dos Vereadores que votaram. E, neste projeto da Ver.^a Lourdes, o único Vereador que pode continuar mantendo seu voto é o Ver. Nereu D’Avila, pela coerência; o Ver. Nereu foi o único que votou contrário, os restantes votaram a favor.

Quero corrigir o Ver. Dr. Thiago: eu, o Ver. Dr. Thiago e o Ver. Rodrigo Maroni estávamos ausentes; estávamos numa reunião aqui fora, viemos correndo, mas já estava encerrada a votação. Então, quero dizer para a Ver.^a Lourdes que ela pode contar hoje com esses três votos para derrubar o veto. Eu acho que temos que manter, como já foi dito aqui, a autonomia desta Casa.

No final do ano, vários projetos entraram, vários projetos foram votados e em vários projetos o Governo deu acordo. Cadê o Gil? O Gil não está aqui hoje? Nós temos o 37º Vereador, que está aqui, que nos auxilia muito, e nós temos o terceiro Executivo, que é o Gil, que circula aqui junto, auxiliando os Líderes do Governo: liga para a Prefeitura, faz contato com a Prefeitura e dá o o.k. ao Líder do Governo, que é o Ferronato, para votar os projetos. E foi dado o o.k. a este projeto da Ver.^a Lourdes para votar.

Eu me lembro que, muitas vezes, os Vereadores da base ficam bravos, mas este projeto da Lourdes só diz que o produto foi testado em animais. Afinal, nós somos a Cidade que tem a Secretaria Especial de Direitos Animais, ou a Secretaria é só para bonito, é só para ter mais cargos? Se nós somos a Cidade que tem a Secretaria Especial de Direitos Animais, nós temos que ter a Cidade que realmente protege animais! O que custa constar lá no produto, Professor Alex: “Este produto foi testado em animais”. O que custa? Imagina que bonita a inovação, na cidade de Porto Alegre, de colocar nos produtos

“testado em animais”. O que custa dizer que o produto foi testado nos animais? Por que o veto? Porque a ideia não partiu do Executivo, não partiu da Secretaria? Porque partiu dessa humilde Vereadora que defende os animais e se elegeu defendendo os animais? Ela chegou aqui, e todo o mundo perguntava: “Quem é Lourdes, defensora dos cachorrinhos? Quem é Lourdes, defensora dos gatinhos?” E tem feito um trabalho brilhante não somente em defesa dos animais, mas em defesa da população, em defesa do bem-estar das pessoas. E o Governo deu acordo para votar este projeto, e está aqui a votação, colegas, está aqui o mapa de votação. O único Vereador que votou contrário, e agora eu peço que mude seu voto, foi o Ver. Nereu D’Ávila – foi o único que votou contrariamente. E agora eu peço que vote para derrubar o veto. O resto votou a favor; o Ver. Nereu deve ter votado por um descuido até, porque aquele dia ele estava muito bravo, ele estava querendo que o Governo mantivesse a decisão feita na reunião.

Então eu quero dizer a vocês que o nosso partido, o Solidariedade, vai votar contra o veto, vai votar a favor do acordo que foi feito no final do ano, quando todas as bancadas votaram a favor do projeto da Ver.^a Lourdes. Eu tenho a votação aqui, do final do ano, na qual os Vereadores votaram a favor do projeto da Ver.^a Lourdes.

Então, espero que a gente derrube esse veto e mantenha o projeto, que é um projeto legal. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 359/13, com Veto Total.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, demais presentes, vou reforçar a linha de raciocínio do Ver. Janta. Do jeito que está não dá mais. Acordos são feitos, todos concordam com o projeto, o projeto é bom, o projeto vem para engrandecer a nossa Cidade, mexer positivamente no nosso sistema legal. E, entre tantas outras coisas, o projeto proposto pela Ver.^a Lourdes tem os seus méritos, é um projeto que não gera custo nem para o Executivo nem para as próprias empresas. É um projeto singelo, basta a adição de uma simples tarjinha na rotulagem dos produtos comercializados em Porto Alegre: “Este produto não foi testado em animais”; “Este produto foi testado em animais”. Isso é esclarecimento, isso é dar à população a

possibilidade de escolher entre um e outro produto, dar à população a possibilidade de usar o livre arbítrio para julgar o que é certo e o que é errado.

Portanto, o projeto da Ver.^a Lourdes tem todos os seus méritos. E eu, realmente, não entendo, não vejo lógica, não vejo coerência nesse ato do Executivo em vetar um projeto tão bom, um projeto que não traz problema algum para qualquer segmento da sociedade; muito pelo contrário, traz esclarecimento. E esclarecimento sempre é positivo.

Então, um abraço a todos. Eu não estava presente, mas votarei favoravelmente ao projeto da Ver.^a Lourdes, contra o Veto do Prefeito. Seguindo a mesma linha de raciocínio do Ver. Cláudio Janta, peço a todos que votaram favoravelmente, que mantenham o seu voto, para darmos sequência a essa ideia boa. Uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 359/13, com Veto Total.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu quero, primeiro, parabenizar pelo projeto, Ver.^a Lourdes. Eu já havia feito isso na oportunidade da votação, Ver.^a Lourdes, e nós, do PSOL, mantemos a palavra e a coerência: votamos a favor do seu projeto e vamos manter a nossa posição política. O Ver. Prof. Alex já disse aqui a nossa posição: votar para derrubar o veto. Nós vamos votar para derrubar o veto por duas razões: primeiro, pelo mérito do projeto. Um projeto que representa um princípio básico da defesa do consumidor, que é o direito à informação e à transparência; um projeto que não proíbe a comercialização, muito embora se possa discutir a necessidade de proibir a comercialização de cosméticos que usam os animais de maneira cruel. Hoje já tem pele sintética. As empresas e indústrias de cosméticos poderiam utilizá-la e não a utilizam, para não investir mais recursos, seguindo usando de maneira cruel os animais. Mas o projeto previa apenas que tivesse uma tarja, dizendo se o produto foi ou não testado em animais, para deixar a critério das pessoas a escolha: se querem comprar aquele cosmético ou não.

Então, o seu projeto é muito meritório. É um projeto que leva, em princípio, a questão da transparência, a questão do direito à informação, a questão da defesa do consumidor. A defesa jurídica que a Ver.^a Lourdes fez aqui, da constitucionalidade do projeto acho que

esclareceu os Vereadores, os que tinham dúvidas, espero, porque, para mim estava óbvio que era um projeto constitucional. Já tivemos dois projetos desse tipo aprovados nesta Casa.

Ao mesmo tempo, eu quero retornar ao final do ano passado: o veto anterior, por exemplo, Ver. Lourdes... Esse projeto teve uma emenda minha que foi rejeitada. Ela previa que a compensação se desse na bacia hidrográfica que foi afetada, pela obra, pelo empreendimento, enfim, foi afetada pela Cidade, independente se foi especulação imobiliária, ou mesmo por outros tipos de obras, mas que a compensação fosse na bacia hidrográfica. Nós, no dia da votação do projeto, articulamos com o próprio Secretário aqui, na Câmara de Vereadores. Apresentamos a discussão, discutimos a importância da aprovação dessa emenda e tivemos a aprovação da emenda por unanimidade da Câmara de Vereadores. Então, na verdade, o que nós vemos é a falta de palavra do Governo que vem aqui propor projetos. Votou-se em regime de urgência o projeto de compensação vegetal, em dezembro do ano passado. Apresentam-se as emendas, discutiram as emendas, há um consenso com as emendas e, depois, usa a caneta para vetar as emendas discutidas e aprovadas pela Câmara de Vereadores. Mais, porque nesse caso, na verdade, quando se olha o conteúdo dos vetos, vemos que foram vetos absolutamente destinados a todos Vereadores, independente de posição política, Ver. Paulinho, porque muitas vezes nós aprovamos projetos, e a oposição tem um veto ideológico, que é da oposição. Muitas vezes eu bati nessa tecla.

Vendo o conjunto dos vetos, nós vemos projetos importantíssimos para a Cidade: a obrigatoriedade do ar-condicionado nos ônibus, vetado unilateralmente pelo Governo; projeto do Ver. Waldir Canal, da Semana do Bairro Humaitá; projeto do Ver. Delegado Cleiton, que coloca o 20 de novembro, como acontece em muitos lugares, como feriado em Porto Alegre em homenagem à luta dos negros e das negras contra o racismo; projeto do Ver. Dr. Thiago; projeto do Ver. Bernardino, sobre tombamento. Então, nós estamos vendo o autoritarismo da caneta! O autoritarismo da caneta contra projetos importantíssimos, como é o nosso caso, das Áreas de Interesse Social - projeto que diz respeito a 15 mil pessoas -, que foram vetados unilateralmente pelo Governo, mesmo tendo um grupo de trabalho que mostrou claramente que a maioria das áreas deveria ser regularizada.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Sessão Extraordinária 11MAR2015

Então, nós vamos votar contra o veto, pela aprovação do projeto, mas não poderíamos deixar de registrar essas duas questões: primeiro, o mérito da Ver.^a Lourdes por ter feito este projeto; segundo, o autoritarismo, a intransigência em não aceitar as contribuições desses projetos de lei para a Cidade que nós estamos vendo neste momento no Paço Municipal.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 359/13, com Veto Total.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu não utilizarei os cinco minutos, apenas queria registrar aqui a posição contrária ao veto, logicamente, muito na linha do que o Prof. Alex colocou. É um projeto tão singelo que, simplesmente, garante o direito à informação para que a pessoa faça a sua escolha. Incentiva um outro mercado, inclusive, incentiva a própria ciência a buscar outras formas que não seja a de testar em animais. Eu não tenho o processo aqui, não tenho aqui a justificativa do veto. Mas é dada a inconstitucionalidade por dar o direito à informação para as pessoas, Dr. Thiago! O Prefeito alega que é inconstitucional dar a possibilidade de as pessoas terem uma informação a mais na compra de um produto.

Como eu disse, não vou usar todo o tempo; nós também temos projetos ligados...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Ver.^a Sofia, nós também somos formados em Direito, estudamos um pouco de Direito e percebemos que, como disse o Ver. Delegado Cleiton, antigamente, você chegava ao Tribunal de Justiça, quando não era informatizado, no Setor de Jurisprudência e dizia que gostaria de uma jurisprudência sobre determinado assunto. E o funcionário do Tribunal de Justiça perguntava: “A favor ou contra?”

Realmente, o Direito é uma ciência não exata – ainda bem –, é uma ciência humana, que permite várias interpretações. Então, está aqui o Prefeito dizendo que é inconstitucional dar a possibilidade às pessoas de saber se o produto foi ou não testado em animais. Eu depois vou ler com calma, agora não consigo, não consigo fazer duas coisas as mesmo

tempo – ler e falar ao mesmo tempo –, mas o argumento da inconstitucionalidade, *data venia*, como se diz na área jurídica, não tem o menor cabimento. Assim como não têm cabimento outros temas. Nós temos o nosso projeto que trata da questão das doações, que diz que empresas que doarem para campanhas eleitorais ficam impedidas de contratar com o Município. Alguns Vereadores também alegam que é inconstitucional. Parece que não lembram que, no STF - o STF é que diz o que é ou não constitucional -, dos onze Ministros, seis já disseram que é inconstitucional a doação de empresas para campanhas eleitorais, só que o Ministro Gilmar Mendes pediu vista do processo em 2 abril de 2014 e até hoje não devolveu. Enfim, o direito compreende muitas interpretações, e estou curioso para ler, com calma, o que o Prefeito está dizendo em relação a vetar um projeto tão simples e de tanta importância para a sociedade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 359/13, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, primeiro, quero reconhecer um esforço que faz a Ver.^a Lourdes Sprenger não apenas nesse projeto, mas nas suas intervenções, no seu trabalho em trazer o tema do direito e cuidado dos animais, propondo recursos no Orçamento. Acho que ela dá consequência a um debate proposto pelo Governo Municipal na criação da Secretaria Especial dos Direitos Animais – SEDA –, e nós sabemos que, infelizmente, tem uma potência muito pequena pela forma fragmentada como está estruturado o Governo Municipal. Fizemos muitas vezes aqui o debate desse formato de microssecretarias, com grupo de CCs, com recursos apenas para custeio, sem capacidade de impacto na Cidade, que apenas causam prejuízo à eficácia do Governo Municipal. A Vigilância Sanitária fazia um trabalho sobre esse tema dos animais e ficou desacomulada, na minha opinião, com a criação da SEDA – até gostaria de ouvir o ex-Secretário Casartelli, que agora assumiu como Vereador –, cuja capacidade é muito pequena.

O que acontece quando há uma proposição que diz respeito a uma outra dimensão, uma dimensão perversa? Nós sabemos que a ciência depende de testes, de experimentos; nós não temos nenhum acordo de que isso seja feito à custa de sofrimento, de sacrifício

de animais. Tenho certeza de que, em pleno século XXI, com o avanço da tecnologia, é possível criar-se todo um conhecimento científico, uma evolução, considerando essa proteção ou considerando o mínimo possível de impacto. Essa dimensão do esclarecimento ao cidadão me parece ser uma dimensão muito importante e democrática. A democracia é o melhor sistema que nós construímos, e a possibilidade da informação faz parte dela. Nós aqui já fizemos muitas vezes o debate da democratização da mídia, Ver. Prof. Alex, da concentração, do monopólio da mídia na mão de poucos, e a mídia, dependente do poder econômico, infelizmente, não é um instrumento de conscientização, porque tudo que se colocar contrariamente às vendas, à transformação das pessoas em consumidores, em clientes, não terá espaço na mídia; no máximo, terá lá um lugarzinho pequeno, se for algo de muito grande comoção. Nós temos que trabalhar com a consciência do cidadão de outras maneiras.

E acho que se evoluiu muito, e eu quero lembrar o tema aqui do leite, porque nós estamos agora com o setor leiteiro em mobilizações, fechando estradas, derramando o tarro de leite. O que aconteceu com a população, quando ela começou a descobrir que o leite estava sendo adulterado? Começou a procurar alternativas. O leite custava acima de R\$ 3,00, antes de começarem essas denúncias; hoje tu encontras leite, no supermercado, a R\$ 1,50, a R\$ 1,40, porque a população, esclarecida e indignada, sentido-se lesada, começou a beber menos leite – bem menos leite. As pessoas estão consumindo iogurte, estão pesquisando, buscando alternativas. Isso aconteceu na minha família e eu vejo acontecer em muitas famílias. Então a regulação do produto quanto à qualidade, à origem – se esse produto tem vinculação ao trabalho escravo –, isso tudo pode ser feito via cidadão, cidadania. Nós não temos como ter um fiscal em cada lugar, o cidadão tem direito à informação, e ele poderá se negar a pagar mais caro, como os protestos em relação à gasolina que fizeram os postos reduzirem o aumento abusivo. Então, eu não entendo por que o Governo argumenta com uma questão legal, mas eu acho que a cidade de Porto Alegre tem autonomia, o Município tem que ter autonomia, exigir e modificar a cultura, e informar, sim, se existem pesquisas que utilizam animal; o cidadão tomará a sua decisão.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação nominal o PLL nº 359/13, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 15 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**. Não há quórum. (15h16min) Encerrada a Ordem do Dia.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador Paulo Brum, presidindo os trabalhos; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós estamos na Semana da Mulher, e eu agradeço à bancada do PT por podermos, mais uma vez, discutir nesta tribuna políticas que realmente mudam a vida das mulheres. E também ajudar os homens a compreenderem, porque muitas vezes eles tentam elogiar a mulher no Dia da Mulher – e são criticados – e talvez não compreendam que nós estamos num processo de construção, de soberania, de autonomia e de liberdade plena das mulheres. Essa é a nossa luta. Então, consolidar a mulher no papel e na visão que hoje a sociedade tem sobre ela não nos interessa. Esse é um dia em que a gente pede a reflexão para ter compromisso real com a alteração das condições de vida das mulheres. E eu quero trazer, Ver. Janta, uma realidade que nós vivemos em Porto Alegre e no Brasil inteiro. Quando o serviço público, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, em função da mudança do Estado Brasileiro, que criou a possibilidade de terceirização dos serviços, via contratação de empresas e especialmente na área operacional, na área de serviços, nós temos por aí a exploração de muitas mulheres, via prestação de serviço público, Ver. Marcelo Sgarbossa, nosso Líder. Porque a terceirização é muitas vezes uma forma de burlar a CLT. E eu falo aqui com lideranças sindicais que estão aqui. E eu vou começar não falando das cooperativas, mas das empresas prestadoras de serviços, empresas que em todas as áreas – executiva, legislativa – assumem contratos e, em determinado momento, a forma como elas prestam contas ao tomador do serviço, nobre Gil – que é representante do Governo –, às vezes, afirmam aos governos que estão depositando fundo de garantia, que estão depositando INSS. Mas essa chamada GFIP é uma guia que não representa o conjunto das trabalhadoras contratadas pela empresa. Procuram o Estado, o Legislativo e o Executivo que acabam sendo solidários, mas os trabalhadores, as trabalhadoras, em grande maioria, no serviço de cozinha, de limpeza, vão receber os seus direitos trabalhistas depois da rescisão do contrato, depois que a empresa sumiu, abandonou, deu calote. Depois, então, que o ente federado entra na Justiça, via acordo judicial, sindicato, com

custas para advogado, elas vão receber uma parte do que deviam a elas, e, às vezes, ficam meses sem receber salário. Isso tem acontecido muito frequentemente aqui no Rio Grande do Sul, aqui em Porto Alegre, não só na Prefeitura de Porto Alegre. A gente vem fazendo esse debate nesta Casa; conversei com a Secretária Cleci Jurach. Nós vivemos uma situação dramática no final do ano passado, na semana do Natal - Ver. Professor Garcia sabe disso -, quase mil mulheres que trabalham na nossa rede, Ver. Prof. Alex Fraga, não vinham recebendo os seus direitos. E a Cooperativa que tinha contratado CLT, assinado a carteira, desapareceu. Agora, em março, que as mulheres estão recebendo as custas de exoneração, o que elas tinham de direito a férias – ficaram dois anos sem férias –, etc. A Prefeitura pagou tudo, arcou com todo esse custo. A vida dessas mulheres ficou um horror: o Natal, o Ano-Novo, as férias, nessa virada de ano.

Esta Casa tem espaço para ajudar a cercar as próximas licitações de mais cuidado, de mais exigências. Encerro dizendo, Ver. Paulo Brum: é isso que nós podemos fazer pela vida das mulheres, mais do que discurso, mais do que carinho, mais do que flores; atitudes que protejam a sua...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Gostaria de pedir um minuto de silêncio em virtude da passagem do Sr. Teobaldo Gonçalves, empresário desta Cidade, que faleceu na quinta-feira passada; eu não estava presente. O Sr. Teobaldo, que era funileiro nesta Cidade, tinha uma indústria de funilaria, onde iniciei a trabalhar e tive o prazer de conhecer a sua neta, a qual se transformou em minha esposa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

A Sra. Sofia Cavedon: Ver. Paulo Brum, eu queria aproveitar este momento para convidar todos os Vereadores: amanhã, na nossa Sessão, teremos a apresentação do projeto de reforma do Viaduto Otávio Rocha, tão precioso na nossa Cidade. A 5ª Temática vai apresentar em detalhes o trabalho que a empresa contratada pela Prefeitura

realizou, e nós não podemos perder. Precisamos licitar e envidar esforços para que aconteça. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Muito bem, Vereadora. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, na semana passada, estive representando a Força Sindical em alguns lugares deste País, precisamente em Pernambuco, no Rio de Janeiro, na cidade de Rio Grande. Visitando melhor, tive a certeza do que tinha dito aqui na tribuna sobre algo muito triste.

Estivemos na Refinaria Abreu Lima, em Ipojuca. Ipojuca, há menos de 10 anos, Ver^a. Fernanda Melchionna e Ver. Dr. Thiago, era uma cidade que vivia somente da cerâmica artesanal, Ver. Professor Garcia; faziam vasos, cinzeiros, as famosas galinhazinhas de Pernambuco. E Ipojuca ganhou um projeto para o porto de Suape, e, hoje, tem uma massa de desempregados de mais de 30 mil pessoas. Mais de 30 mil trabalhadores estão desempregados na construção civil, assim como na Refinaria Abreu Lima, onde há dezenas de milhares de desempregados. Itaboraí, no Rio de Janeiro, é uma pequena cidade, onde as pessoas viviam pacatamente, uma cidade que virou uma grande cidade, porque ganharam um projeto da Petrobras e hoje vivem com 30% da sua população desempregada.

Assim aconteceu com Rio Grande, Ver.^a Lourdes, que era uma cidade que tinha um porto e pescadores. Hoje, está com uma população imensa desempregada.

Desta tribuna eu alertei, tempos atrás, que no escândalo do Cachoeira com o Zé Dirceu quem sobrou foram os 420 mil trabalhadores de bingo. Os 420 mil trabalhadores de bingo continuam desempregados até hoje, enquanto o Zé Dirceu, continua operando. Não operando porque ele seja cirurgião ou médico; operando porque ele continua atuando nas roualheiras que se veem, não só na Petrobras, não só em Itaipu ou no BNDES. Operando mesmo porque é a forma da linguagem usada hoje para significar que rouba. Na vila onde eu nasci, no Morro da Cruz, na Vila São José, é roubo; mas na linguagem dos ternos brancos é operador. E o Zé Dirceu continua operando.

Alertei aqui desta tribuna que com relação à questão da Petrobras iria sobrar para os trabalhadores. Infelizmente, eles continuam operando e os trabalhadores continuam

sendo demitidos. Ontem, viram-se milhares de trabalhadores felizes porque conseguiram liberar suas carteiras de trabalho, mas não receberam os seus direitos trabalhistas. Onde é que está a Justiça neste Brasil? Onde está a Justiça? Novamente, os trabalhadores vão pagar a conta e os colarinhos brancos vão continuar desfilando por aí, dizendo que têm direito à defesa, dizendo que têm direito a vários recursos nos tribunais da vida. E os trabalhadores chorando.

O programa da Globo, ontem à noite, Profissão Repórter, tratou disso. Mostrou essa realidade. E eu, por ser um operário, chorei junto com vários deles que perderam o seu emprego, perderam a sua dignidade; são homens que perderam o direito de levar sustento para suas famílias, enquanto esses crápulas continuam roubando do povo. Até quando nós vamos aguentar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...chefe de família perder os direitos de levar seu sustento, enquanto essa roubalheira continua neste País. É inadmissível! E não adianta vir com piada, dizer que queremos *impeachment*; nós não queremos o *impeachment* de ninguém; nós queremos emprego, nós queremos dignidade, nós queremos o direito ao seguro-desemprego, o direito às leis, é isso que queremos, e o fim da roubalheira. Nós não queremos ver quem rouba julgando, não queremos ver quem rouba conduzindo a Nação, isso nós não queremos.

Sr. Presidente, perdi o enterro do meu avô, mas dediquei uma semana a lutar pelo que eu vim fazer neste mundo: lutar pelo povo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Prof. Alex Fraga (Requerimento): Sr. Presidente, com todo o respeito, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Lourenço Melchionna, aposentado do DMAE e tio-avô da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Em nome do PCdoB, o nosso abraço carinhoso à Ver.^a Fernanda Melchionna pela perda de seu tio. Venho aqui a esta tribuna com um artigo do Verissimo, postado no dia 9 de março de 2015, intitulado “O fenômeno do espírito golpista dos ricos contra os pobres” (Lê.): “Um fenômeno novo na realidade brasileira é o ódio político, o espírito golpista dos ricos contra os pobres. O pacto nacional popular articulado pelo PT desmoronou no governo Dilma, e a burguesia voltou a se unificar. Economistas liberais recomeçaram a pregar abertura comercial absoluta e a dizer que os empresários brasileiros são incompetentes e superprotegidos, quando a verdade é que têm uma desvantagem competitiva enorme [com as grandes multinacionais, sem dúvida]. O País precisa de um novo pacto, reunindo empresários, trabalhadores e setores da baixa classe média, contra os rentistas, o setor financeiro e interesses estrangeiros. Surgiu um fenômeno nunca visto antes no Brasil, um ódio coletivo da classe alta, dos ricos, a um partido e a um presidente. Não é preocupação ou medo. É ódio. Decorre do fato de se ter, pela primeira vez, um governo de centro-esquerda que se conservou de esquerda, que fez compromissos, mas não se entregou. Continuou defendendo os pobres contra os ricos. O governo revelou uma preferência forte e clara pelos trabalhadores e pelos pobres. Não deu à classe rica, aos rentistas. Nos dois últimos anos da Dilma, a luta de classes voltou com força. Não por parte dos trabalhadores, mas por parte da burguesia insatisfeita. Dilma chamou o Joaquim Levy por uma questão de sobrevivência. Ela tinha perdido o apoio na sociedade, formada por quem tem o poder. A divisão que ocorreu nos dois últimos anos foi violenta. Quando os liberais e os ricos perderam a eleição não aceitaram isso e, antidemocraticamente, continuaram de armas em punho. E, de repente, voltávamos ao udenismo e ao golpismo.” Agora entra Luis Fernando Verissimo “Nada do que está escrito no parágrafo anterior foi dito por um petista renitente ou por um radical de esquerda. São trechos de uma entrevista dada à ‘Folha de São Paulo’ pelo economista Luiz Carlos Bresser Pereira, que, a não ser que tenha levado uma vida secreta todos estes anos, não é exatamente um carbonário. Para quem não se lembra, Bresser Pereira foi ministro do Sarney e do Fernando Henrique. A entrevista à ‘Folha’ foi dada por ocasião do lançamento do seu novo livro ‘A construção política do Brasil’ e suas opiniões, mesmo partindo de um tucano, não chegam a surpreender: ele foi sempre um desenvolvimentista nacionalista neokeynesiano. Mas confesso que até eu, que, como o Antônio Prata, sou

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Sessão Extraordinária 11MAR2015

meio intelectual, meio de esquerda, me senti, lendo o que ele disse sobre a luta de classes mal abafada que se trava no Brasil e o ódio ao PT que impele o golpismo, um pouco como se visse meu avô dançando seminu no meio do salão — um misto de choque (Olha o velhinho!) e de terna admiração. Às vezes, as melhores definições de onde nós estamos e do que está nos acontecendo vem de onde menos se espera”.

Outro trecho da entrevista: “Os brasileiros se revelam incapazes de formular uma visão de desenvolvimento crítica do imperialismo, crítica do processo de entrega de boa parte do nosso excedente a estrangeiros. Tudo vai para o consumo. É o paraíso da não nação”.

Eu acho que há um exemplo sobre o comportamento odioso e opressor da burguesia, que está no *Facebook* desde ontem: uma madame levando a sua empregada uniformizada para bater panelas por ela – agora que a empregada tem direitos, tem comida na mesa como o resto do povo brasileiro!

E é por isso, senhores, que quero que seja registrada pela Taquigrafia, na íntegra, a crônica do Verissimo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...É por isso que nós, do Partido Comunista do Brasil, vamos ocupar a linha de frente na contraofensiva para derrotar o golpismo, fortalecer a contraofensiva pelo êxito do Governo Dilma e sair em marcha contra a escalada golpista de direita neoliberal que tenta paralisar o Governo, criminalizar os partidos de sustentação do Governo e outros partidos da base aliada. E temos bandeiras: temos a bandeira da defesa do mandato constitucional da Presidenta Dilma, defesa da Petrobras, contra a corrupção; pelo fim do financiamento empresarial das campanhas eleitorais; pela reforma política; pela reforma da mídia; pela reforma urbana; pelo crescimento do nosso País, com a garantia, sim, dos direitos trabalhistas. Nós vamos às ruas, vamos à contraofensiva para esclarecer, para articular e para mobilizar e ocupar as ruas. O momento é grave. Apesar das diferenças no campo popular e de esquerda, nós temos que ampliar e unir, porque o golpe da burguesia que, como disse o Cazuzu, fede! E hoje está fedendo demais, é contra a Nação brasileira. E o PCdoB não se engana.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely que solicita autorização para representar esta Câmara Municipal na Sessão
pág. 17

Solene de Posse da Exma. Sra. Desembargadora Maria Helena Mallmann, no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, a realizar-se no período de 10 a 12 de março de 2015, com custeio de viagem.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero iniciar a fala, meus senhores e minhas senhoras, neste período de Liderança, dizendo que todo o ser humano, quando está fragilizado, está sujeito a cometer deslizes, de forma que nós não vamos aqui nominar, mas vamos fazer uma defesa ou uma contestação, sem sinalizar objetivamente a quem, mas a este Plenário. Quero dizer que não há privilégio desta ou daquela profissão para exercer o mandato eletivo; há, sim, uma vontade popular, e é nesse sentido que nós vamos sinalizar. Quando, na semana passada, um Parlamentar veio a esta tribuna e fez uma leitura dizendo que o projeto de nossa autoria, que trata do tombamento do Grêmio Gaúcho, não se sustentava e que não deveria ser defendido, quero dizer que ele está longamente equivocado. Porque não é um parecer da Procuradoria, tampouco um parecer majoritário da CCJ que devem servir de basamento absoluto para esta Casa, até porque, se assim fosse, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o projeto não tramitaria. Por óbvio, se o projeto tramitou, é legítimo que se discuta, é legítimo que o seu autor ou seus co-autores, os demais Parlamentares, possam discutir até a sua finalização, senão não teria sentido. Por óbvio, também, não precisa conhecer muito do Direito para dizer que o Direito não é matemática, em que dois mais dois são quatro. Até o próprio Judiciário, quando edita as súmulas, a jurisprudência, dá uma interpretação diferente e, dando interpretação diferente, isso é legítimo também, porque o Direito caminha, o Direito evolui de acordo com a evolução da sociedade. Aquilo que ontem não podia, hoje pode e, enquanto provocado, foi caminhando no sentido do seu aprimoramento, porque a sociedade também, aos poucos, vem se aprimorando. Nós, hoje, fazemos coisas que no passado não eram permitidas. E não porque é, de repente, uma letra nua, uma letra fria, que não se pode discutir uma outra interpretação; pois aquilo que hoje está escrito de forma objetiva permite, sim, uma interpretação até, muitas vezes, subjetiva, porque nós buscamos o aprimoramento das leis. E não se trata especificamente aqui.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Sessão Extraordinária 11MAR2015

Aqui foi dito que o meu projeto não era legítimo e que o Parlamentar não era ou não estava à altura, porque defendia uma contestação, para a qual o Executivo se manifestou quando vetou o projeto da minha autoria, que pretende tombar um prédio de quase 100 anos, com laudo de arquitetura apontando para isso, e uma história de 117 anos, inquestionavelmente, de patrimônio imaterial.

O Estado do Rio Grande do Sul deveria defender, não só este Vereador, mas os Deputados silenciaram ao longo dos anos; o Executivo Municipal silenciou; o Executivo Estadual silenciou! Foi por isso que, depois de nove anos de luta, de pesquisa, sinalizando e mostrando sua importância, eu protocolei o projeto que esta Casa aprovou e que é vetado pelo Prefeito Fortunati. Na Exposição de Motivos, lá pelas tantas, diz que era um mero ato administrativo; mas, então, em termos de grandeza, um mero ato administrativo é maior que uma decisão desta Casa? Impossível! E, lá pelas tantas, o veto diz que dado ao adiantado estado de deterioração do imóvel, não caberia o seu tombamento. Eu tenho uma dificuldade tão grande para dizer essa palavra: “deterioração”, por incrível que pareça; deve ser o meu subconsciente que não aceita, porque o prédio está aqui. (Mostra a fotografia.) Esse é o prédio. Quem sabe penso em encontrar um prédio com sinteco, com assoalho, um prédio de 100 anos nessas condições para ser tombado?

Senhores e senhoras, eu finalizo a minha fala dizendo que aqui há duas edições do jornal Correio do Povo, de 1898, com 117 anos, noticiando a importância desse imóvel e dessa associação.

Meus queridos Pares, eu espero contar com o apoio dos senhores para derrubar o Veto, se Deus quiser, amanhã. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde a todos novamente. Primeiramente, eu gostaria de saudar uma iniciativa da Prefeitura, que extraí dos jornais de hoje, dando a notícia de que o nosso Prefeito assinou uma Ordem de Serviço para o início dos trabalhos no Parque Moinhos de Vento, com relação à melhoria das condições de iluminação pública

nos parques da nossa Cidade; porém, o meu conselho ao Prefeito é que começasse a reestruturação, a revitalização e a melhoria na qualidade de iluminação nos parques periféricos da nossa Cidade, não pelo Moinhos de Vento. Mas aqui, dentro da notícia, diz que a Prefeitura investirá R\$ 1,7 milhão no local! Ótimo! Fantástico! Mas e nos bairros em que há, notoriamente, maior índice de criminalidade? Por que não começar pela Lomba do Pinheiro, Rubem Berta, Restinga? Regiões essas que, se bem iluminadas, poderiam ter uma redução significativa em seus índices de criminalidade. Obviamente, a população que frequenta o Parque Moinhos de Vento não pode ficar desassistida de iluminação, assim como na Praça da Encol, onde já foi feito o programa de revitalização, já recebeu melhoria nas condições de iluminação. Mas por que começar pelas regiões onde já há, notoriamente, um baixo índice de criminalidade? Eu não entendo a lógica do Prefeito, aliás, eu entendo sim! É a Prefeitura que governa para aqueles que têm mais, para aqueles que têm mais dinheiro, para aqueles que financiaram a sua campanha eleitoral. Essa é a prioridade do Governo Municipal, do Governo José Fortunati, do Governo Melo, pois Prefeito e Vice estão em consonância dentro dos seus atos.

O segundo ponto que destaco, agora, é uma insatisfação da minha parte e de muitos conhecidos, com relação aos rumos econômicos que o nosso País vem tomando. Todos devem estar acompanhando a movimentação e as discussões pelas redes sociais e pela imprensa do medo que a população tem com relação ao confisco das poupanças. Vai acontecer? Não vai acontecer? O Governo Federal descartou essa possibilidade, que foi uma das medidas mais impopulares tomadas na história política do nosso País. Nós tivemos confisco anteriormente, não vou citar o nome do Presidente que determinou esse confisco, porque as pessoas vão dizer que é perseguição, mas, infelizmente, ele está na lista Janot, mais uma vez. E eu acredito que a nossa Presidência não vá cometer esse ato de barbaridade.

Muitas dessas pessoas levaram anos construindo uma poupança para os dias piores, e eu acredito que não vá haver confisco. Porém, tenho muito medo dos rumos que teremos pela frente. Um dos medos é socializado com os funcionários da Caixa Econômica Federal. Já há mobilização entre os seus trabalhadores, porque há um medo grande, um receio por parte desses trabalhadores de que haja a privatização da Caixa. Mais um ato de extrema loucura. Isso não pode acontecer! Eu não acredito que o Governo Federal possa cometer uma barbaridade dessas.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Sessão Extraordinária 11MAR2015

A Caixa Econômica Federal – falo isso com propriedade, porque sou filho de bancária aposentada pela Caixa Econômica Federal, minha mãe fez carreira lá, teve cargos, sustentou a família trabalhando arduamente na Caixa – oferece linha de crédito imobiliário para boa parte da população, eu, inclusive, tive a compra do meu primeiro imóvel com o financiamento da Caixa Econômica Federal. Privatizar essa instituição vai ser a maior barbaridade cometida nos últimos anos. Eu não quero acreditar que o Governo Federal possa cometer tanta barbaridade! Vossas Excelências receberam um chamamento para uma reunião na quinta-feira, às 19 horas, promovida pela Associação da Caixa Econômica Federal. Eu estarei presente porque acho extremamente relevante o tema. O medo que essas pessoas têm com a privatização é grande! Vidas estão em jogo! O que seriam dos representantes do atual partido que governa o nosso País sem poder falar dos anos conturbados da privatização tucana? Será que estamos próximos da privatização petista? Espero que não. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Paulo Brum. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. Alex, eu não posso aceitar a provocação porque falo em nome da oposição neste momento, e a oposição é composta pelo PCdoB, PSOL e PT.

Eu vou falar do tema da ADIn nº 4650, da OAB. A OAB questionou, junto ao Supremo Tribunal Federal, a validade, a legalidade, a constitucionalidade da contribuição empresarial para o financiamento das campanhas, alegando que há um desequilíbrio, que é inconstitucional porque a empresa tem muito mais peso e influência do que o eleitor individual, Vereador. Pasmem que, ao final do ano passado, nós já tínhamos seis votos do pleno do Supremo Tribunal Federal, e Gilmar Mendes solicitou vista ao processo; no Regimento do Supremo Tribunal Federal, o processo tem que ser devolvidos em duas sessões, o que aqui nesta Câmara, por exemplo, a gente cumpre regularmente. Às vezes, eu recebia visita de uma hora, de meia hora de algum presidente de comissão. Já se passaram quatro meses, e o Ministro Gilmar Mendes engaveta, segura uma decisão dada, ganha, de que as empresas não poderiam mais contribuir nas campanhas

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Sessão Extraordinária 11MAR2015

eleitorais. O argumento do ano passado era de que não sabiam como ia ficar, se ia ficar um vácuo, como é que ficariam as eleições. Esse argumento não existe para este ano! Não tem eleição, há tempo de construir uma nova legislação, e não tem jeito desse cidadão, contrário aos interesses da Nação, desengavetar ou liberar o processo para término da votação. Esse cidadão visitará o Estado nessa sexta-feira. A pesquisa, a análise das eleições deste ano traz elementos importantes que dá para cruzar com a Operação Lava Jato, com a determinação de investigação de empresas, com a prisão de empresários. Eu vou trazer alguns dados para vermos como é necessário e importante que essa medida seja tomada.

No setor de carnes, os frigoríficos investiram R\$ 61 milhões em 162 Deputados; 162 Deputados! A liderança de 21 partidos recebeu recursos de frigoríficos, empresas ligadas à área da carne. Ou seja, dos 28 partidos, 21 têm algum compromisso com esse setor! Como ficam os outros setores em relação a esse? Esses 162 Deputados eleitos que receberam, não foi pouca coisa! Foram R\$ 61 milhões, Ver.^a Fernanda, de financiamento de campanha! O Bradesco colocou R\$ 20 milhões em 16 partidos. Como ficam os bancários, se os bancos financiam tantos empresários? Como fica a sua legislação, seus direitos, o seu apoio às lutas sindicais, se a influência maior será dos bancos? Empresa como a OAS, que aplicou na Prefeitura de Porto Alegre um golpe – infelizmente, lamentavelmente, com a conivência do Prefeito –, teve que reverter, mas até agora as obras no entorno da Arena não apareceram. A OAS colocou R\$ 13 milhões em 79 Deputados, em 17 partidos. A Andrade Gutierrez: 68 Deputados, mais ou menos R\$ 13 milhões. A Odebrecht: R\$ 6 milhões e 62 Deputados.

Nós temos uma oportunidade ímpar de encerrar com esse desequilíbrio, com essa influência do poder econômico sobre o Parlamento, que só trava as lutas, como o fim do fator previdenciário. Lutas, como as lutas dos trabalhadores que querem o fim da terceirização, da exploração do trabalho, enfim, de todos os elementos que estão lá parados no Congresso, ou questões que avançam e que não interessam aos trabalhadores, para falar de um aspecto.

Então, nós queremos que, na sexta-feira, no Rio Grande do Sul, o Gilmar Mendes seja recebido com esse apelo: “Desengaveta, Gilmar!” Como pode apenas um jurista impedir que o Brasil estabeleça um outro momento em sua democracia? Liberte os mandatos do poder econômico, para que o Congresso se obrigue a fazer, de fato, uma legislação que

dê mais igualdade de competição, que dê liberdade, compromisso dos Parlamentos com os seus projetos, com os seus partidos e não com os seus financiadores! O que nós estamos assistindo neste País... E não é o meu partido, que está fora disso, ele foi financiado por muitas dessas empresas, muitos desses Deputados, e nós lamentamos e desautorizamos todos que erraram. Agora, se procurarmos apenas os que se envolveram e achar que estamos resolvendo o problema, estamos equivocados. O Brasil precisa mudar o sistema político! A principal e primeira mudança é o financiamento das empresas nas campanhas. Elas vão perder muito o poder de achacar o Estado brasileiro, de corromper políticos e gestores, de obter sobrelucro nas relações do Estado, com certeza, se o Parlamento for eleito com mais liberdade do poder econômico.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; funcionários, colegas aqui desta Câmara; senhores e senhoras que nos assistem aqui e pela TVCâmara; hoje acompanhei funcionários do Instituto-Geral de Perícias, Susepe, Sindicato dos Policiais, Associação de Cabos e Soldados, porque foi protocolado um procedimento preventivo para que não se faça corte ou ocorra atraso nos salários da segurança pública. Não estou aqui para criticar, inclusive é um compromisso que eu tenho comigo mesmo de esperar, por um prazo bem maior, para que se comece a trabalhar o Rio Grande do Sul. Mas eu tenho que tocar nesse assunto, nessa questão. Hoje fui visitar a Associação dos Delegados. Já nos foram cortadas as horas extras e, agora, infelizmente, foi decidido, já que o Governo anterior – e foi um assunto que foi tocado, foi falado e comentado aqui desta tribuna – resolveu demolir uma parte do Presídio Central, duas galerias. Essas galerias já deveriam ter sido demolidas e ter tido um andamento. Na verdade, elas foram derrubadas, e lá continuam os cacos, os restos, os dejetos. E, agora, não há presídios para onde encaminhar os que deveriam estar naquelas galerias, que representam espaço para 30% dos presos. Então, esses 30%, quando entram, não se têm onde colocar. Agora foi colocada uma nova norma, dizendo

que é para deixar os presos dentro das delegacias de polícia! Delegacias que não têm condições mínimas de abrigar presos: o abrigo lá é temporário, senhores!

Para quem não conhece uma delegacia de polícia, lá não existe cama, não existe chuveiro. É para uma ação temporária, até que seja lavrado o flagrante, até que seja feito o reconhecimento, ou qualquer ato investigatório. Posteriormente, o preso é encaminhado ao presídio. Não existem condições mínimas de deixar os presos – e fazer de delegacias, como já existe em alguns lugares lá no Nordeste –, de forma permanente, nas delegacias de polícia. Não existe a mínima possibilidade, até porque os prédios da Polícia Civil, infelizmente, não são preparados para serem delegacias, na sua maioria; são prédios que a Administração acha que podem ser usados como delegacias e, na sua maioria, são transformados em delegacias; são prédios que funcionam com espaços que são quartos, cozinhas e que não eram para ser uma delegacia. Nós temos um exemplo claro: 6ª Delegacia, mal localizada, um enorme prédio, uma mansão, mas não é para ser uma delegacia, senhores! Não é espaço para ser uma delegacia e, muito menos, para abrigar presos, permanentemente. E aí, recebemos críticas, reivindicações de que não temos segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul, não temos segurança pública em Porto Alegre! Basta ver a Restinga, nós temos cem dias de lotação e não sei quantos assaltos a motoristas! Os caras estão roubando e descendo em frente à delegacia! Nós não temos plantonistas, senhores! Temos que fechar ao meio-dia; e é uma necessidade, porque polícia também tem esse “mau hábito” de, de vez em quando, almoçar ou jantar! Nós gostaríamos que não! Aliás, alguns administradores gostariam que não.

Então, não faço crítica ao atual Governo. Eu peço é que vejam o que está acontecendo com a segurança pública e que se priorizem as questões de segurança pública. Nós estamos vendo tiroteios na Vila Cruzeiro, tiroteios, assaltos e homicídios crescendo na Vila Mário Quintana, na Restinga, na Zona Sul, no bairro Serraria, no Espírito Santo, na Ponta Grossa, e eu recebo todo dia vários e vários *e-mails*... Então nós temos que tomar uma atitude, senhores: segurança pública tem que ser, sim, prioridade de governo, aliás, prioridade de Estado! Portanto, peço que o novo Governador invista, se não agora, mas invista no futuro na segurança pública do seu povo, porque foi eleito com esse sentimento de que mudaria a segurança pública, mudaria a educação e mudaria a saúde. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; colegas Vereadores, estamos falando em período de Liderança pelo PTB, nossa Bancada, constituída pelos Vereadores Cassio Trogildo, Carlos Henrique Casartelli e Paulo Brum. Nesse momento, Sr. Presidente, entre tantas atividades nesta Casa, estamos atualmente na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Nós temos atualmente, entre tantos projetos que estão em discussão e passam por essa Comissão, o PLL nº 097/14, um projeto que trata dos *food trucks*, de autoria do Ver. Delegado Cleiton. E, por solicitação do Ver. Waldir Canal... Aliás, é facultativo a todo e qualquer Vereador da Casa, e obviamente os que estão na CCJ por integrarem o dia a dia da Comissão, que façam o pedido de vista dos projetos. E, nesse sentido, fazer um voto apartado, um voto em separado, e, ao mesmo tempo, também solicitar uma audiência pública para que, ao final, possa se debater amiúde a respeito daquele projeto, que está, no presente momento, a ser relatado, votado o Parecer, e, ao mesmo tempo, cada Vereador, na sua individualidade, trazendo a sua impressão a respeito do projeto e o seu juízo de convicção.

Para esse projeto em especial, do Ver. Delegado Cleiton, que estabelece e regulamenta *food trucks*, através de uma iniciativa do Ver. Canal, que foi corroborada por todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça, foi solicitada uma audiência pública para o dia 24 próximo, uma terça-feira, a partir das 10h da manhã, na CCJ. Na realidade, nós estaremos recebendo representantes da SMIC – aliás, a SMIC já tem desenvolvido um trabalho junto às pessoas que trabalham diretamente com essa área de *food trucks* e também estamos convidando representação da Anvisa e outras pessoas. A Ver.^a Lourdes tem contato e conhecimento com outras três pessoas que também desenvolvem trabalhos *food trucks*. E nós estamos trazendo todos, inclusive o Ver. Delegado Cleiton já está convidado a participar conosco nesse dia; aliás, o autor do projeto vai trazer a sua defesa a respeito, porque o projeto é extremamente meritório.

Então o objetivo da minha manifestação, neste momento, é trazer a importância do debate público, muitas vezes mal compreendido por alguém que, na autoria do projeto, já quer, dentro das normas regimentais, requerer o art. 81, para que o trâmite seja de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Sessão Extraordinária 11MAR2015

urgência, dispensando à apreciação das Comissões. Mas a discussão na Casa, que é a Casa do Povo, em que se estabelece o contraditório, é fundamental para a convicção de cada um dos Pares, de cada um dos colegas Vereadores.

É nesse sentido, então, que nós, desde já, convidamos todos – também os que assistem a Sessão nas galerias e pela TVCâmara – a participarem, no dia 24 de março, terça-feira, da reunião da Comissão de Constituição e Justiça, composta pelos Vereadores Nereu D’Avila, Rodrigo Maroni, Pablo, Márcio Bins Ely, Lourdes Sprenger e Waldir Canal, nosso Vice-Presidente. Estaremos todos debatendo esse tema e, com certeza, trazendo aquilo que é a melhor resolutividade dentro do projeto, ao analisar a exequibilidade e a constitucionalidade em caráter preliminar de cada um dos projetos que tramitam na Comissão de Constituição e Justiça, a CCJ. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde, Ver. Paulo Brum; Vereadores, Vereadoras; público que está aqui conosco; público que está em casa nos assistindo pela TVCâmara. Na semana passada, eu fiz uma manifestação em relação às eleições do Conselho Tutelar, que eu acreditava que passaria na Câmara de Vereadores a aprovação da nova legislação ou a antiga legislação. Conversando com o Ver. Cassio aqui no plenário, ele estava me informando que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, junto com a comissão eleitoral, acredita que não precisa passar nesta Câmara, porque não tem uma mudança significativa e fará através de edital. Mas eu trago aqui - por já ter sido conselheiro tutelar e atuar nesse ramo da defesa do direito da criança e do adolescente - que nós, Vereadores da cidade de Porto Alegre, deveríamos, Ver. Cecchim, no mínimo, ter ciência desse edital que vai sair, para que possamos dar a nossa opinião; afinal, fomos eleitos pelo voto das pessoas para representarmos todos aqui. Essa é uma matéria, sobre a qual, a todo instante, somos chamados a discutir e debater: questões da defesa do direito da criança e do adolescente.

Então, vou fazer contato com o Secretário Busatto, para ver em que ponto está essa situação, para podermos conversar, dialogar e buscar o melhor caminho para defender o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Sessão Extraordinária 11MAR2015

direito da criança e do adolescente, e não apenas por uma questão eleitoral, de tantas pessoas que se aproveitam do Conselho Tutelar, Ver. Idenir Cecchim. Temos muitas pessoas que trabalham e trabalham muito, mas infelizmente temos algumas, como em tudo, tanto na política, como em todas as outras áreas.

E é aí, um momento difícil que o meu partido, o Partido Progressista, vive, em nível nacional e estadual. Tivemos, agora, a citação dos Deputados Federais que serão investigados. Acho que aí tem um detalhe muito importante: serão investigados! Algumas pessoas ou a maioria das pessoas, infelizmente, Ver. Reginaldo Pujol, já os condenaram. Quero dizer que eu não vou condenar ninguém antes de ter certeza de que isso aconteceu. É a preocupação do partido. Presidente Celso Bernardi está levando isso com a maior tranquilidade, apesar de ser um assunto muito delicado, mas a gente tem que dar opção para que essas pessoas possam se defender, defender a sua honra e defender a sua história.

O Partido Progressista não vai passar a mão na cabeça de ninguém, como diz o Presidente Bernardi, Vereadores Elizandro, Cassio, Casartelli, Delegado Cleiton, Cecchim, Fernanda Melchionna, Reginaldo Pujol e Paulo Brum. Nós não vamos fazer vaquinha e vamos agir com quem não tiver agido bem. Esse é um compromisso do Partido Progressista! Vamos, sim, dar o tempo necessário para que essas pessoas possam provar a sua inocência, porque, agora, eles têm de provar que são inocentes, pois já foram condenados pela mídia, já foram condenados por todas as pessoas. E qualquer um de nós pode passar por isso, esta é a mais pura realidade. Hoje, nós, políticos, estamos na linha de frente; só que já estamos vendo, infelizmente, outras áreas da sociedade também perderem autoridade. O Judiciário está correndo um sério risco – como nós, políticos, já estamos – neste processo: está lá o juiz que anda com o automóvel do Eike Batista.

Agora, o recurso que estava na Justiça... Esta medida do STF - a Presidente Dilma não indicou o Ministro para a 2ª Turma... E, agora, o Ministro Dias Tofolli, casualmente, solicitou transferência, oficialmente, para poder participar das investigações e do julgamento da Operação Lava Jato. E não está aqui ninguém dizendo que o Ministro Dias Tofolli não é honesto ou isso ou aquilo. Não, é Ministro do Supremo Tribunal Federal, mas foi advogado do PT até pouco tempo atrás!

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Sessão Extraordinária 11MAR2015

Então, precisamos, sim, juntar todas as nossas forças pelo Brasil. As autoridades estão perdendo a credibilidade, e nós precisamos fazer o certo. As pessoas que não agiram bem têm que ser trabalhadas de uma forma que não se passe a mão na cabeça delas, mas temos que, através do Estado de Direito, dar-lhes direito à ampla defesa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o Ver. Kevin Krieger pela fala tranquila, abrangente, séria e competente. Acho que V. Exa. fez um resumo, aqui, sobre culpado ou investigado. É verdade. Eu mesmo me pronunciei nesta semana e não disse, em momento algum, que os Deputados são culpados. Eu até deixei bem claro que não ia entrar nessa discussão. Eu só espero que as campanhas políticas sejam mais baratas de agora em diante. Acho que todos nós queremos; e os próprios deputados também devem querer isso.

Esse negócio da mídia já julgar e condenar acontece todos os dias e - V. Exa. disse muito bem - pode acontecer com qualquer um de nós. Pode acontecer comigo, com V. Exa., com o Casartelli, com o Cassio. E acontece. Vou trazer um exemplo do meu Partido: o Luiz Fernando Záchia foi escrachado pela imprensa há um ano e meio, ou mais. Até agora não foi nem indiciado, nem denunciado, nada! Ele está há um ano e meio, dois anos, sangrando, sem coragem até para começar um novo negócio, sem poder trabalhar; por quê? Porque foi condenado sem saber o porquê, por enquanto. Pelo menos se soubesse que está sendo processado, indiciado, julgado, porque fez xixi em cima de uma árvore; mas não disseram nem isso. Não sabe!

Então, nós, todos os políticos, todos os dias, corremos o risco de pagar por algum malfeito - o que é justo; mas muitas vezes corremos o risco de estarmos sendo arrolados em alguma coisa que não tem nada que ver. Agora, na semana passada, o Clóvis Magalhães, ex-Secretário de Gestão, teve pedida a indisponibilidade dos seus bens por um promotor de justiça. O juiz, provavelmente, na pressa, não deve ter lido e concedeu

uma liminar. Então, até provar que não se tem nada... Se é com o político, ele é bandido de saída! Se é com qualquer outro, não! Se é o cara que matou, tem que ser pego em flagrante, tem que ter defesa, defesa, defesa, sabendo que ele matou, mas tem que ter a prova, tem que ter a arma, tem que ter o corpo. Para o político, não! Basta falarem, que já está condenado. Interceptação telefônica editada; já está sendo condenado! Eu acho que nós temos que ter serenidade, sim, Ver. Kevin Krieger. É por isso que cumprimentei V. Exa. por sua fala, que foi muito bem colocada nos pontos e nas vírgulas. Acho que temos que fazer, cada vez mais, uma reflexão daquilo que se pode ou não fazer. Político não tem o direito de fazer nada que seja errado – nem político, nem qualquer cidadão –, mas também deveria ter o mesmo direito de defesa de qualquer pessoa.

Eu queria fazer só uma constatação: na semana passada eu perguntei o que a Vigilância Sanitária faria com os *food trucks* que andam por aí. E a Vigilância Sanitária tomou uma providência, foi lá onde estava acontecendo um festival de *food trucks*, num *shopping* de Porto Alegre, e constatou realmente aquilo que eu falei na tribuna: cadê a temperatura correta dos alimentos, que se cobra tanto dos restaurantes? Cadê a higiene, o jeito que se transporta a mercadoria, como vai ser? A Vigilância fez o seu trabalho, foi lá e fez, em defesa da saúde das pessoas, porque não adianta vir com modismo de novela, porque se transporta comida sem cuidado, e, mesmo que tenha cuidado, não é a mesma condição que tem um restaurante que paga imposto, que tem cuidado - a Vigilância fica em cima todos os dias. Eu até disse: que fique em cima dos restaurantes, mas também não dê moleza nem para *food trucks* nem para ninguém! Em Porto Alegre não se pode vender pastel, assar pastel ou fazer algumas coisas nas ruas pelo cuidado com a saúde. Então, queria fazer aqui um elogio à Vigilância Sanitária, que se comportou muito bem, fiscalizando igualmente restaurantes e caminhões que vendem comida na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em 1ª Sessão de Pauta, hoje, conforme V. Exa. anunciou, há dois projetos de grande relevância, um de autoria do Ver. Cassio Trogildo, e outro de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que cria e institui como Área Especial de Interesse Institucional - AEII - a Subunidade 05 na Unidade de Estruturação Urbana - UEE - 66 da Macrozona - MZ - 01, constituída pelo conjunto de terrenos ocupados pelo Complexo Hospitalar Mãe de Deus, definindo-lhe regime urbanístico e padrões para cálculo de guarda de veículos e altera limites das Subunidades 01 e 02 dessa Unidade Especial de Urbanização. O projeto tem uma ampla Exposição de Motivos que, obviamente, deve ser devidamente considerada, e, Sr. Presidente, se refere, inclusive, a leis anteriores, entre as quais, uma, eu tive forte participação, que era relativamente a esse assunto, que gerou a Lei Complementar nº 666, de 30 de dezembro de 2010, que depois viria a sofrer alguma alteração com a Lei Complementar nº 714, de 27 de maio de 2013, que por sua vez, também seria alterada pela Lei Complementar nº 727, de 7 de janeiro de 2014. Por que toda essa citação, meu caro Ver. Casartelli? É porque nesta lei, e nessas que referi até agora, na qual tive participação direta, com muita satisfação e muito espírito público, se procurava criar estímulo para algumas atividades na cidade de Porto Alegre, especialmente porque, em princípio, se falou na preparação da Cidade para a Copa do Mundo. E, mais tarde, se viu que a Copa do Mundo seria um marco importante para a história da Cidade, mas não um marco definitivo; a história não ia se encerrar com a realização de uma Copa do Mundo. E eu me lembro que desde aquele momento se olhavam os equipamentos hospitalares com um olhar diferente. Eu sustentava que deveriam se criar estímulos especiais para que se expandisse a rede hospitalar de Porto Alegre. Até porque, por sonho, era difícil o surgimento de novos hospitais em Porto Alegre, o que viria ocorrer, depois de longa caminhada, com o Hospital da Restinga Extremo-Sul. Agora, o Projeto proposto pelo Ver. Márcio Bins Ely contempla, de forma direta, sem nenhum subterfúgio, com expressa confissão de objetivo, o Complexo Hospitalar Mãe de Deus, que já está inserido na malha da Cidade, com reconhecimento pela sociedade como referência na área da saúde. Acho que o Ver. Márcio Bins Ely foi muito correto ao fazer a Exposição de Motivos com a clareza que buscou fazer, porque não deve ser motivo de nenhum constrangimento a quem quer que seja dizer que nós achamos – e eu me somo a ele nesse particular, até

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
001ª Sessão Extraordinária 11MAR2015

por coerência – que os complexos hospitalares existentes hoje em Porto Alegre têm que ter do Poder Público o melhor estímulo possível. E não há estímulo melhor do que criar regimes urbanísticos apropriados e adequados capazes de permitir a expansão dos bons exemplos de que nós dispomos na Cidade. E o Complexo Mãe de Deus é um dos melhores que nós podemos apresentar.

Por isso, neste primeiro dia que transcorre na Pauta, eu me incluo no rol daqueles que irão discutir... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...que vão se debruçar sobre essa matéria com o claro objetivo de endereçá-la à sua finalidade última, que é, a meu juízo, pelo menos nesse exame *prima facie*, o interesse público representado na melhoria das condições de atuação dos já bons atendimentos do Complexo Hospitalar Mãe de Deus, que agora seria expandido com as propostas aqui colocadas. Muito obrigado, Sr. Presidente, era isso que tínhamos a dizer.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, fiz questão de vir aqui – o Ver. Prof. Alex não está presente, mas ele elogiou e depois criticou a Prefeitura em relação à iluminação do Parcão. Depois vou trazer, já pedi ao Secretário Mauro Zacher a listagem, de 2013 e 2014, de todo trabalho de iluminação pública que foi feito nas praças comunitárias. Estou me comunicando, através do WhatsApp, com o Ver. Mauro, e ele me coloca aqui, Ver. Cassio, na continuidade do trabalho que vocês fizeram na Secretaria Municipal de Obras e Viação, que só, em 2013 e 2014, foram iluminadas 107 praças comunitárias, antes de fazer o trabalho nos quatro grandes parques, que são: a Redenção, que é o parque hoje da nossa diversidade, onde todas as pessoas frequentam, da classe média, da periferia, de todos os bairros da Cidade. O Parcão, que, sim, é um parque da classe média; a Encol, também parque da classe média; e também o Marinha do Brasil, que também é

utilizado, principalmente, pelas comunidades da periferia, da gurizada, dos esqueitistas, de toda a rapaziada que utiliza o Marinha do Brasil, principalmente na área esportiva. Então, é importante a gente poder esclarecer esses fatos, porque é importante um Governo governar para todos. O Governo não pode governar só para as classes A e B, ou C, D e E; tem que governar para todos. A iluminação pública é fundamental para todos aqueles que chegam na sua residência, tanto na periferia, quanto nos bairros de classe média. Ver. Cassio – tu que já foste Secretário Municipal de Obras e Viação –, as pessoas, muitas vezes, vêm aqui e falam algumas coisas que parece que nada é feito. Ver. Carlos Casartelli – tu que estás retornando agora da Secretaria Municipal da Saúde, onde fizeste um excelente trabalho, com índices muito bons, inclusive, índices do Ministério da Saúde, não da Secretaria da Saúde –, muitas vezes são colocadas algumas coisas que parecem verdades, mas não são.

Antes de fazer o trabalho nos parques de classe média, 107 praças comunitárias receberam iluminação pública, Ver. Mauro Pinheiro, e há mais 30 praças comunitárias previstas agora para este ano. Então, todos merecem o respeito do Governo; não pode ser só para A ou B, o Governo tem que trabalhar para todos. Todos pagam impostos, todos trabalham para que a Cidade seja melhor para todos. Então, eu fiz questão de ligar para o nosso colega, Ver. Mauro Zacher, para informá-lo. Ele, prontamente, me comunicou isso aqui e eu, posteriormente, vou fazer a entrega para o Ver. Prof. Alex Fraga, sobre essas 107 praças que foram iluminadas, que são da comunidade, sendo que o trabalho de iluminação na periferia e que depois veio para os bairros de classe média e classe média alta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h33min.)